



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681215 - SP (2021/0225321-0)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO E OUTRO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
DANILO CAETANO SILVESTRE TORRES - SP306373
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : JHUAN ANDRE GALHARDO LEITE (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JHUAN ANDRE GALHARDO LEITE em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2123940-36.2021.8.26.0000).

O paciente foi condenado no primeiro grau à pena de 2 anos e 6 meses de reclusão em regime inicial semiaberto, como incurso no art. 33, *caput*, c/c o art. 33, § 4º, ambos da Lei n. 11.343/2006. A sentença vedou ao paciente o direito de recorrer em liberdade.

Sustenta a impetrante que não se observa a presença dos requisitos necessários a justificar a decretação da prisão preventiva, previsto no art. 312 do Código de Processo Penal, em especial no que tange à ausência de homogeneidade entre a prisão pena e a prisão processual, tendo em vista que o paciente faz jus à fixação do regime inicial aberto. Aponta que não há recurso por parte do Ministério Público pugnando o agravamento do regime inicial de cumprimento de pena fixado na sentença condenatória, a qual fixou o regime inicial semiaberto, de modo que nada justificaria a manutenção da prisão preventiva do paciente cumprida em regime fechado, uma vez que a prisão cautelar tem por fim último acautelar o processo.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que o paciente seja colocado em liberdade provisória com ou sem a fixação de outras cautelares diversas da prisão previstas no art. 319 do Código de Processo Penal.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade

que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, em especial porque a decisão atacada, que denegou a ordem, justificou os fundamentos, conforme ementa de acórdão de julgamento abaixo:

Habeas Corpus - Tráfico de drogas - Prolação de r. sentença - Pretensão de concessão do direito de recorrer em liberdade.

Presença dos requisitos da custódia cautelar - R. Sentença que manteve a prisão preventiva que se encontra suficientemente fundamentada - Estado que detém os meios cabíveis para a manutenção da ordem pública, ainda que em detrimento da liberdade do cidadão, nos casos em que tal medida se mostrar necessária. Inviabilidade da aplicação de medidas cautelares alternativas, por insuficiência, inadequação e desproporcionalidade aos fatos tratados nos autos principais.

Constrangimento ilegal não verificado.

Ordem denegada.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente